

# Boletim Internacional



Ano VI nº 10 29.03.2006

## A política de Lula é diferente de FHC

Mesmo sem ruptura, política macroeconômica de Lula é diferente de FHC

Na avaliação de Paul Singer e Amir Khair, governo do PT segue a cartilha neoliberal. No entanto, promoveu mudanças em fundamentos da economia antes usados pelos tucanos, abrindo espaço para que outro tipo de política conviva no Planalto, ao lado da perene defesa do grande capital.

Bia Barbosa – Carta Maior

Em ano de eleições presidenciais, sobram comparações entre o governo Lula e a última administração do PSDB, que briga para voltar ao posto máximo do país apostando no governador Alckmin para a sucessão. E se há um telhado de vidro contra o qual a esquerda do Partido dos Trabalhadores mais atira pedras no governo é em relação à sua política macroeconômica. Para uns, não houve mudança alguma em relação àquela aplicada pelo governo FHC. Para outros, a equipe de Palocci radicalizou ainda mais os métodos neoliberais. Há, no entanto, quem, mesmo criticando os rumos escolhidos por Lula, aponte mudanças claras entre as duas gestões. Entre eles estão os economistas petistas Amir Khair, ex-Secretário de Finanças do governo Luiza Erundina, em São Paulo, e Paul Singer, hoje secretário nacional de Economia Solidária do governo federal, que debateram o tema num ciclo de debates organizado pelo Fórum de Reflexão Política – iniciativa de um grupo de petistas preocupados com as opções do Partido.

A primeira das diferenças é a já tão falada política externa, através da qual o Brasil tem, desde 2003, deslocado parte importante de seu cardápio de exportação. Perdem peso países como o Estados Unidos e os da União Européia, em favor de mercados emergentes e menos saturados. Mesmo com a questão externa não se restringindo somente ao governo – incluindo a ação do setor privado – o país vivenciou uma mudança concreta. No governo FHC, a balança comercial era negativa. Para enfrentar parte do problema, o governo teria usado e abusado das privatizações, vendido o patrimônio nacional e aberto o caminho para os investimentos externos diretos. Durante o governo Lula, em consequência de um processo mais maduro de modernização das empresas, houve aumento das exportações.

“Fechamos o primeiro ano com um saldo positivo de 4 bilhões de dólares; o segundo, com 11,7 bilhões; o terceiro, com 14 bilhões. Agora temos o petróleo a nosso favor na balança também, com a Petrobrás se tornando auto-suficiente, ao sair de 300 milhões negativos no ano passado para 3 bilhões positivos este ano”, disse Khair.

“Houve uma mudança no perfil externo, com uma redução expressiva da dívida externa do país, composta pelo setor público e privado. Em 1999, precisávamos de 5 anos de exportações para pagar a dívida. Hoje, precisamos de um ano e meio. Isso faz com que qualquer abalo no exterior nos afete menos agora”, explica.

### Área Fiscal

O governo Lula também teria apresentado um desempenho melhor na questão fiscal. No primeiro ano de governo de Fernando Henrique, sequer houve superávit. O déficit era de 0,2% do PIB e os juros, de 7 a 8% do PIB. Isso teria gerado um rombo médio de 7% do Produto Interno Bruto nos quatro anos de FHC. Com as crises, o governo mudou a política e conseguiu um superávit de 3%, mas os juros cresceram para 11%. Nos 8 anos do PSDB, o déficit foi de 7,1% do PIB. “Nunca houve um período tão prolongado de déficit. Já este governo teve uma média de 3,5% de déficit nominal, e 4,6% de superávit”, afirma Khair.

Um dos termômetros para se avaliar a questão fiscal é o cálculo da dívida líquida do governo em relação ao PIB. Quando Fernando Henrique assumiu o país em 1994, a dívida líquida correspondia a 30,4% do Produto Interno Bruto, relação considerada boa e uma das mais baixas dos últimos anos

da história do país. Em 2002, quando entregou o poder, o quadro era de 55,5% de endividamento. Com esforço, o governo Lula agora consegue baixar o número para 51,5%.

Além disso, mesmo com um crescimento bastante abaixo da média dos países emergentes, a gestão petista já apresenta média de 2,6% contra 2,2% do período FHC. Numa perspectiva otimista, de uma expansão de 5% em 2006, a média do governo Lula subirá para 3,2%. E, se o aumento do emprego de 1992 a 2002 foi de 2,2%, de março de 2003 a dezembro de 2005 ele foi de 15%, com um incremento de 16,1% da massa salarial.

No mesmo debate de que participou Khair, Paul Singer lembrou que a PNAD 2004 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) exibiu uma redução na desigualdade e na pobreza, que ele credita em grande parte ao programa Bolsa Família.

“Estamos distribuindo mais dinheiro para mais gente. São 6,5 bilhões de reais para 8,7 milhões de famílias. O problema é que, como os dados atestam redução da pobreza, a Fazenda sugere a não extensão do programa para os 11 milhões de famílias previstos para este ano. É complicado. Há um processo de luta de classes dentro deste governo, e nada se faz sem que os dois lados sejam ouvidos. No final, todos os problemas acabam sendo arbitrados pelo Presidente da República”, diz Singer.

“A crítica que se faz ao Banco Central e a Palocci é justa e eu também a faço. No entanto, este não é um governo compacto. Há uma outra fonte de poder que antes não podia ser exercida e que agora tem espaço pra fazer política. Nós fazemos política. Por isso é preciso olhar para os dois lados”, avalia o secretário nacional de Economia Solidária.

### Os Entraves

Quais seriam então os problemas da política defendida pelo “outro lado” do governo Lula? Um deles, apontado pelos economistas, é a alta carga tributária. Internacionalmente, a “regra” considerada neste caso é: quanto maior a renda per capita da população, maior a carga tributária. Em países emergentes e com renda per capita próxima à nossa na América Latina, a carga tributária gira em torno de 20% - na Europa, por exemplo, é de 40%. No Brasil, no entanto, de 1970 a 1993, a carga tributária era de 25%. Durante o Plano Real, subiu para 30%. Fechou 2002 a 36% e encerrará 2006 a 38%.

“A reforma tributária não sai, pois os governadores não querem perder o ICMS. Então o governo federal tem que dar o exemplo e baixar a carga tributária com a redução das alíquotas, fazendo cair aos poucos um ou dois pontos do PIS, da Cofins e do INSS. Parte da carga tributária hoje está presa ao preço dos produtos. Se o preço sobe, ela sobe. Isso prejudica a parcela da população da classe média para baixo, porque são pessoas que consomem a maior parte do que ganham e poupam pouco”, analisa Khair.

“Temos que baixar as alíquotas. Isso não diminui a arrecadação. Pelo contrário. Gera mais consumo, diminui a informalidade e a inadimplência e a receita pública cresce mais que a economia. E contribui para queda do preço criando desenvolvimento, pois aumenta o poder aquisitivo da população. E não geraria um problema na demanda, porque a indústria nacional tem capacidade de crescimento”, acredita.

Uma espécie de “reforma tributária” que está sendo feita meio na surdina pela “outra parcela” do governo Lula vem através da Lei Geral da Pequena e Média Empresa. Ela permite o pagamento de somente uma fração do imposto de acordo com o rendimento da empresa. A política de apoio ao pequeno empresário é focada exatamente na diminuição da carga tributária.

“Assim, milhões de empresas podem se formalizar. Hoje, muitas são informais porque não conseguem arcar com os tributos, e aí vivem num mundo contido, de pobres vendendo para pobres, sem nota fiscal. É uma economia toda informal. Mas o que as empresas mais querem é se formalizar, para aumentar sua possibilidade de venda”, afirma Singer.

O projeto ainda está sendo votado no Congresso, mas já sofre também resistências por parte da equipe de Palocci, novamente com medo da diminuição da arrecadação. O que a Fazenda não conta é outras empresas poderão, a partir desse momento, se regularizar e passar a pagar ao menos esta fração do imposto, possibilitando o equilíbrio das contas.

### Juros

O outro calcanhar de Aquiles do governo é a taxa de juros. Em 2005, o governo pagou 157 bilhões de reais de juros. Historicamente, a taxa Selic – utilizada por um único devedor, o Tesouro Nacional –, sempre foi alta no Brasil. Os juros eram de 16% no governo FHC e, em média, de 10,5% no governo Lula. Em países emergentes como o nosso, no entanto, a média é de 1,3%.

“Estamos completamente fora da realidade. Um Banco Central que opera assim deveria ter vergonha. Isso gera uma distribuição de renda às avessas: o dinheiro sai do governo e vai para rentistas. Enquanto o Bolsa Família gasta 5 bilhões, um ponto na Selic mexe com todos os títulos que o governo tem e economiza 10 bilhões”, contabiliza Khair. “Se governo diminuir as despesas com juros, sobra dinheiro para investimento no social e em infraestrutura, e isso baixa o custo de produção das empresas e diminui a inflação. Mas o governo não batalhou na redução dos juros quando tinha que fazer, e agora não sobrou dinheiro para investimento”, critica.

Que o crescimento do país em 2005 poderia ter sido duas vezes maior, e não o foi por causa da política financeira e da política de juros, ninguém diverge. O desafio para o Brasil, no entanto, é conseguir crescer com inflação baixa. O crescimento aumenta a demanda pelo consumo e os preços sobem por contaminação. E, eleitoralmente falando, a inflação é um problema mais importante do que o desemprego, porque atinge a todos. Mas na avaliação dos economistas petistas, isso é possível combinando políticas para manter a inflação baixa.

“O estímulo à demanda tem de ser usado com cautela. O capitalista só vai aumentar sua capacidade de produção se tiver garantias mínimas de que vai vender. Então tem que haver uma contínua pressão por demanda. E qual seu limite, para que não se gere aumento de preço em vez de aumento de emprego e consumo?”, questiona Singer.

“Eu acho que podemos crescer mais. A China se expande 9% ao ano sem inflação, e conseguiu taxas de crescimento por 28 anos. Conseguiu graduar pressão pela demanda com oferta para crescimento. Mas isso só é possível com forte intervenção na economia. A diferença entre a direita e a esquerda é que nós apostamos mais no desenvolvimento do que na inflação baixa. Estaríamos muito melhor com um crescimento de 6% e inflação de 10%”, acredita Paul Singer, para quem a política de Palocci hoje é mais criticada pela grande imprensa do que a de FHC porque a burguesia empresarial agora quer, exatamente, crescer 7%. “Houve, portanto, uma mudança na mentalidade. Não só dentro do governo”, conclui. (*Carta Maior*, 27.03.2006)

Para saber mais sobre os debates do Fórum de Reflexão Política, leia :

Paul Singer [Políticas Sociais e Econômicas do Governo Lula](#)

Amir Kahir [O Falso Modelo Econômico](#)

Visite a página [www.forumrefpol.net](http://www.forumrefpol.net)

## CUT quer mudança na política econômica

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) divulgou uma nota oficial, no início da noite desta segunda-feira (27), em que pede mudanças na política econômica do governo Lula. A manifestação da CUT ocorreu após a confirmação do pedido de afastamento do ministro Antonio Palocci (Fazenda), mas antes do anúncio de que Guido Mantega assumiria o cargo.

“Esperamos que o substituto atenda as reivindicações históricas dos trabalhadores e trabalhadoras, com a redução das taxas de juros e do superávit primário, implantação de metas de geração de emprego e crescimento e a priorização dos investimentos em políticas sociais”, reivindicou a central. Apesar da crítica à política econômica, a CUT criticou o que ela chama de “uma insidiosa, oportunista e hipócrita campanha da oposição”.

“Somos contrários a toda e qualquer quebra de sigilo bancário ilegal. No entanto, consideramos inaceitável que uma irregularidade como essa e a conseqüente saída do ministro da Fazenda continue sendo usada como combustível de uma insidiosa, oportunista e hipócrita campanha da oposição, com a ajuda de setores da mídia, para desestabilizar o governo federal”, diz.

Também através de uma nota oficial, a Força Sindical pediu mudanças na economia e disse que saída de Palocci só trará benefícios para o país, pois “um cargo da importância de condutor da economia não pode ter a imagem maculada com o envolvimento em atos ilícitos”. Segundo a central, as mudanças devem estar voltadas para o crescimento econômico, com fomento na produção e na geração de novos postos de trabalho.

O tom da nota foi mais pesado que o da CUT. Para a Força, “Palocci se curvou aos especuladores de forma vergonhosa, com uma política extremamente perniciosa para todos os trabalhadores. Uma política nefasta para o setor produtivo, com um estrondoso contingenciamento de verbas públicas e juros em patamares estratosféricos”. (Da Redação ) (*Carta Maior*, 27.03.2006)

Transcrevemos o texto abaixo para alertar sobre nova tentativa de alavancar a criação no Brasil de Zonas Franca para Exportação. Como vemos abaixo, os setores mais integrados às empresas multinacionais e exportadoras, representadas pelo deputado federal e ex-ministro Delfim Netto – refugiado agora no PMDB, estão promovendo a aprovação de projeto que “moderniza” as Zonas de Processamento de Exportação.

A FITIM elegeu este ano como uma de suas principais bandeiras o combate às zonas franca e às empresas maquiladoras. Os empregos que são criados por estes enclaves exportadores são de péssima qualidade e estão longe do padrão de empregos decentes que queremos.

## Projeto beneficia Zona Franca

### ZPEs fazem campanha para aprovar projeto

Defensores da retomada do programa nacional de Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) deram início a uma nova campanha de mobilização no Congresso. O "ABC das ZPEs", um brochura assinada pelo deputado federal Delfim Netto (PMDB-SP) e pelo economista Helson Braga, começou a ser distribuída nesta semana para deputados e senadores.

O objetivo principal é apressar a tramitação na Câmara dos Deputados de um projeto de lei que moderniza a legislação brasileira das ZPEs e poderá garantir o funcionamento das zonas que, por enquanto, só existem no papel.

Bem-sucedidas em economias tão diferentes entre si como Estados Unidos e China, as ZPEs foram ignoradas pelo Brasil como mecanismo para estimular o crescimento das exportações. Quase duas décadas após a criação do programa, pelo governo Sarney, nenhuma das zonas autorizadas por decreto-lei em 17 Estados entrou em operação.

A proposta das ZPEs, de reunir empresas para produzir exclusivamente para exportação, com isenção de impostos, esbarrou em resistências no governo FHC, que não deu seguimento à regulamentação. Quatro Estados (Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins) chegaram a construir toda a infra-estrutura para receber as indústrias exportadoras. Mas as instalações estão sem uso há mais de uma década porque a Receita Federal não designou funcionários.

Os administradores da ZPE de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, recorreram à Justiça para obrigar a União a fazer alfandegamento da zona, o que permitirá o funcionamento das indústrias. Tiveram ganho de causa, mas a União apresentou recurso. O caso ainda está sendo analisado pela Justiça. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu publicamente a encontrar uma solução para o impasse, mas depois nada foi encaminhado.

De acordo com a cartilha assinada por Delfim Netto e Helson Braga, a experiência internacional já comprovou que as ZPEs são instrumentos eficazes para atrair investimentos internacionais voltados para exportação e, ao mesmo tempo, garantir a competitividade das indústrias exportadoras brasileiras. Além disso, são mecanismos importantes para a promoção do desenvolvimento regional.

"Países do Leste Europeu, juntamente com os demais países emergentes, estão recorrendo amplamente a esse mecanismo para atrair investimentos estrangeiros, e dessa forma, tentar diminuir a distância que os separa do mundo mais desenvolvido", diz o texto.

O projeto de lei que moderniza a legislação das ZPEs é de 2001 e já foi aprovado no Senado. Ele introduz novidades, como a possibilidade de vender parte da produção no mercado doméstico e a isenção do Imposto de Renda sobre remessas para o exterior nos lucros registrados nos cinco primeiros anos de operação das indústrias instaladas nas zonas. Os ministérios da Fazenda e da Casa Civil fizeram críticas ao projeto em pareceres enviados à Comissão de Trabalho.

O projeto, contudo, foi aprovado tanto nesta comissão, quanto na de Desenvolvimento. Seguindo pelo trâmite normal, passaria ainda pelas de Finanças e Constituição e Justiça. Mas um acordo entre os líderes do partidos garantiu regime de urgência para a tramitação.

Presidente da Associação Brasileiras de ZPEs, o co-autor da brochura, Helson Braga, acredita que o material contribuirá para que os parlamentares compreendam o que este tipo de distrito industrial pode representar para o desenvolvimento do país. (Ivana Moreira) (*Valor Econômico*, 24.03.2006)

# Protesto reúne 1 milhão na França

## Protesto contra lei trabalhista reúne 1 milhão na França

Com cenas de saque e violência, manifestação contra lei trabalhista deixa premiê isolado; greve pára transportes e escolas

A maior manifestação dos franceses contra uma nova lei trabalhista, e a primeira acompanhada de greve, reuniu ontem mais de um milhão de pessoas pelo país, gerou novamente cenas assombrosas de violência e aumentou a pressão sobre o primeiro-ministro Dominique de Villepin para a retirada do CPE (Contrato do Primeiro Emprego).

Transportes públicos, companhias aéreas, escolas públicas e privadas, correios e veículos da mídia pararam parcialmente. Até parte da indústria de turismo de Paris, a cidade mais visitada do mundo, foi afetada. Atrações como a torre Eiffel e o museu D'Orsay fecharam em razão da greve.

Trens e metrô funcionaram em operação tartaruga, com vagões superlotados e confusão nos horários de pico.

O mais vultoso sinal da rejeição nacional ao CPE não produziu afrouxamento do governo, que admite no máximo alterar alguns pontos do texto, mas jamais retirar a lei, como pedem os manifestantes. O CPE, planejado para diminuir o enorme desemprego entre os jovens na França (22,2%) e previsto para entrar em vigor em abril, permite que os empregadores demitam um funcionário sem justa causa até dois anos após a contratação, ponto que, na visão dos críticos, produzirá uma legião de empregos precários.

A polícia calculou em 1,05 milhão os participantes das marchas em toda a França, recorde dos dois meses de crise e o dobro do que anunciara no sábado retrasado, até ali a maior jornada. Os organizadores (sindicalistas e estudantes) estimaram o total em 2,68 milhões, contra o 1,5 milhão divulgado em 18 de março.

Pelos números da organização, foi a maior manifestação da história recente da França. Pelos da polícia, ficou abaixo dos 2,2 milhões que, segundo o jornal "Le Monde", se reuniram em 1995 contra a reforma de financiamento da seguridade social do então premiê Alain Juppé.

### Garrafas e pedras

Enquanto em outras cidades o movimento cresceu, a manifestação de Paris foi menor que a de 11 dias atrás (92 mil, para a polícia, e 700 mil, no cálculo dos organizadores, contra 350 mil e 800 mil).

Mas um conflito entre vândalos e a polícia afetou a marcha antes mesmo do seu final. Ao contrário dos últimos protestos, quando a pancadaria costumava ocorrer à noite, após a dispersão, ontem ela começou às 17h locais (12h em Brasília), quando as primeiras levadas de manifestantes chegavam à Place de la République, ponto final da passeata.

A reportagem da Folha acompanhou os conflitos na rua de Fauborg du Temple, um dos acessos à praça e maior foco da violência no local. Um cordão da tropa de choque da Polícia Nacional fechava a via, enquanto os "casseurs" (bagunceiros), muitos encapuzados e mascarados e quase todos nitidamente alheios ao protesto contra o CPE, se aglomeravam no centro da praça, aos pés da enorme estátua com a representação da República.

Atiravam garrafas, pedras, bombas caseiras e qualquer objeto que lhes surgisse à frente, como guarda-chuvas e uma roda de bicicleta. Chamavam a polícia para o confronto e gritavam ofensas contra o ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, que implantou uma política linha-dura de combate à delinquência nas periferias e no ano passado se referiu aos adolescentes suburbanos que queimaram milhares de carros como "escória".

Eram esses mesmos jovens que ontem desafiavam a polícia. A tropa, superequipada, ficava postada em posição de combate e, de repente, corria em pequenas células em direção à turba, onde distribuía pancada e prendia um ou outro. Nos momentos mais agudos, atirava balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo.

Só em Paris, 4.000 policiais foram mobilizados. Segundo a polícia, 488 pessoas foram presas e 51 ficaram feridas -cinco policiais.



## Prisões

Sarkozy, que é rival político de Villepin no governo e tenta tirar proveito da crise, ordenara à polícia que protegesse os manifestantes, "especialmente os mais jovens", e que prendesse "o máximo possível" de vândalos.

Guardas à paisana e seguranças contratados por centrais sindicais se infiltraram na multidão e também efetuaram prisões.

Dezenas de jornalistas na praça usavam capacete de motoqueiro, e alguns, máscaras para gás. Isso não impediu, porém, que um fotógrafo que usava capacete fosse atingido por uma pedra no rosto, que ficou banhado de sangue.

"É uma vergonha. Não há nada por trás disso -uma mensagem, uma ideologia, nada. Fazem só para quebrar a regra. Nem mostram o rosto, só o dedo [médio] levantado, o que revela o que pensam", comentou Jean-Luc Lechemia, um consultor de recursos humanos de 45 anos que assistia às manifestações.

Ainda no início da tarde, durante a concentração na Place D'Italie, os "casseurs" promoveram diversos pequenos saques. A reportagem viu dois, um deles numa barraca de sanduíche e bebidas. Num arrastão, avançaram e levaram várias latas de cerveja.

A dona da banca, Aicha Boyer, lamentou. "Você viu? Não estão com fome, fazem para depredar. Isso não representa a juventude francesa." Como mais de 70% da população, ela é contra o CPE, por avaliar que a lei foi imposta sem discussão e que viola garantias sociais básicas.

É uma idéia bem diferente da do aposentado Jacques Cadiot, 66, que não foi ao protesto, mas se queixava dos seus efeitos num café de Paris. "A lei não é o ideal, mas é claro que é muito melhor do que o que temos. Esse país não é mais uma democracia, virou uma ditadura dos sindicatos. A França não admite copiar os outros países, quer ser diferente, e assim está indo para o buraco." (Fábio Vctor, enviado especial a Paris) (*Folha de S.Paulo, 29.03.2006*)

## A dura situação dos trabalhadores da GM

### GM anuncia a demissão de 500 funcionários na América do Norte

O fabricante americano de automóveis GM (General Motors) vai demitir um total de 500 funcionários, entre engenheiros e técnicos, como parte de seu plano de reestruturação na América do Norte, anunciou nesta terça-feira seu porta-voz Robert Herta.

A decisão afeta várias fábricas, entre elas a de Proving Ground, em Milford, e a de Warren, as duas no estado de Michigan, indicou.

Estas demissões representam aproximadamente 20% do total previsto para este ano nessa categoria de assalariados, que constituem 7% dos 36.000 funcionários do quadro de executivos em 2006, destacou Herta.

O corte dos postos de trabalho faz parte dos esforços do grupo para reduzir sua rede, com o fechamento de 12 instalações e o corte de 30 mil empregos até 2008. As demissões foram anunciadas após um acordo da empresa com o sindicato do setor, UAW, e o fabricante de equipamentos Delphi, ex-filial da GM, que está em concordata. (AFP) (*Diário do Grande ABC, 28.03.2006*)

### Delphi consegue acordo com sindicato para sair da crise

O fabricante de autopeças em quebra Delphi Corp. anunciou nesta quarta-feira ter adotado um plano de reestruturação com seu principal sindicato, uma boa notícia para a GM (General Motors), que também está atravessando uma crise. A Delphi, que era controlada pela GM, continua sendo seu fornecedor de equipamentos.

Segundo a empresa de autopeças, o acordo com o sindicato United Auto Workers atinge cerca de 13 mil operários que são elegíveis para receber uma compensação de US\$ 35 mil por sua retirada antecipada.

Cerca de 5 mil trabalhadores receberão a proposta de contratos com salário mensal, em vez de uma retirada antecipada. (AFP) (*Diário do Grande ABC, 23.03.2006*)

CNM Internacional é o boletim informativo da Confederação  
Nacional dos Metalúrgicos – CNM-CUT

Secretário Geral da CNM : Fernando Lopes

<http://www.cnmcut.org.br>